

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Quando de sua criação, a Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal de natureza civil, era vinculada

- A** à Força Aérea Brasileira.
- B** ao Ministério da Defesa.
- C** ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- D** ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- E** à Presidência da República.

Questão 22

No que se refere à nova estrutura regimental da AEB, aprovada pelo Decreto n.º 11.192/2022, julgue os itens a seguir.

- I Compete à Diretoria de Assuntos Estratégicos acompanhar a política nacional de energia nuclear, e seus desdobramentos em objetivos e metas.
- II Compete à Diretoria de Gestão de Portfólio gerenciar os contratos que, decorrentes de projetos em execução, sejam relativos à transferência de tecnologias associadas a sistemas espaciais para o setor produtivo.
- III Compete à Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios elaborar estudos estratégicos, em conjunto com as Forças Armadas, para identificar ameaças internacionais no que se refere à utilização de armamento em ambiente espacial por outros países.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 23

Julgue os itens a seguir, com base na diretriz sobre Cooperação Internacional Consequente, prevista na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE).

- I O Brasil deverá necessariamente desenvolver padrões nacionais próprios para projetos de sistemas espaciais, a fim de garantir a soberania nacional.
- II Na área da tecnologia espacial, o compartilhamento amplo do conhecimento científico resultante da cooperação entre os países é realizado de maneira não onerosa, com livre compartilhamento de dados para a realização de projeto específico.
- III As iniciativas de cooperação científica deverão buscar o estabelecimento de condições favoráveis para o intercâmbio de pessoas e assegurar participação proveitosa para o Brasil nos grandes programas científicos internacionais.
- IV A cooperação com países que compartilham problemas e dificuldades similares aos do Brasil deve receber atenção especial.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 24

De acordo com o Decreto n.º 1.953/1996, os órgãos setoriais do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE) são responsáveis por

- A** realizar estudos estratégicos de setores da economia para proposição e inclusão de novos projetos no Programa Nacional de Atividades Espaciais.
- B** promover parcerias público-privadas para o desenvolvimento do Programa Nacional de Atividades Espaciais.
- C** prover consultoria setorial ao órgão central para aconselhá-lo na execução do Programa Nacional de Atividades Espaciais.
- D** elaborar e atualizar o Programa Nacional de Atividades Espaciais.
- E** coordenar setores e executar ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais.

Questão 25

Segundo o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) 2022-2031, a Agência Espacial Brasileira (AEB) deve identificar continuamente propostas de missões espaciais que possam se submeter

- A** ao padrão NASA (National Aeronautics and Space Administration).
- B** à ISO (International Organization for Standardization).
- C** à European Cooperation for Space Standardization (ECSS).
- D** ao Procedimento para Seleção e Adoção de Missões Espaciais (ProSAME).
- E** à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Questão 26

De acordo com a Lei das Atividades Espaciais Nacionais (Lei n.º 14.946/2024), a regulamentação e fiscalização das atividades espaciais de defesa nacional são de competência

- A** da Presidência da República.
- B** do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).
- C** da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Comando da Aeronáutica, de maneira conjunta.
- D** da Agência Espacial Brasileira (AEB).
- E** do Comando da Aeronáutica.

Questão 27

Suponha que um operador espacial civil seja responsável por controlar a atividade espacial civil de um satélite nacional em operação no espaço aéreo brasileiro. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 14.946/2024, caso a licença do operador espacial civil seja cancelada em razão do comprometimento da segurança nacional,

- A** o artefato espacial em operação será leiloado após um período de seis meses, e sua transferência será efetivada a outro operador espacial civil.
- B** o artefato espacial será considerado um detrito espacial e, assim, não terá um responsável direto.
- C** a Agência Espacial Brasileira elegerá um operador *ad hoc* para se tornar o responsável pelo artefato espacial até o fim da sua operação.
- D** o Comando da Aeronáutica se tornará responsável pelo controle do artefato espacial, com vistas a assegurar a manutenção da segurança nacional.
- E** o operador espacial civil permanecerá responsável pelo artefato espacial em operação, mesmo após o cancelamento de sua licença.

Questão 28

Conforme o Decreto n.º 10.220/2020, servidores do governo dos Estados Unidos da América (EUA) presentes no Centro Espacial de Alcântara e que estejam ligados a atividades de lançamento têm

- Ⓐ acesso a áreas onde veículos lançadores e espaçonaves dos EUA estão armazenados, pois esses espaços, quando ocupados dessa forma, deixam de ser considerados como áreas restritas ou controladas pela parte brasileira.
- Ⓑ limitação de acesso a áreas restritas ou controladas, mesmo em áreas onde estão veículos lançadores e espaçonaves dos EUA.
- Ⓒ livre acesso, sem qualquer aviso prévio, a áreas restritas ou controladas em qualquer tempo nas áreas que estão veículos lançadores e espaçonaves dos EUA.
- Ⓓ acesso a áreas restritas ou controladas onde estão veículos lançadores e espaçonaves dos EUA, desde que requisitem autorização prévia com, no mínimo, um dia de antecedência.
- Ⓔ acesso a áreas restritas ou controladas onde estão veículos lançadores e espaçonaves dos EUA, desde que previamente autorizados pelo contrato específico de lançamento.

Espaço livre

Text 1A4-I

By the middle years of the 20th century, the optimistic story of limitless progress through scientific and technological advance came to be rivalled and sometimes overshadowed by a much more pessimistic, even apocalyptic vision of the trajectory of the modern project. It began to seem increasingly possible that technology would come to master its creators and carry humanity toward unforeseen and possibly catastrophic outcomes.

Premonitions of technological wizardry leading to disasters are extremely old, dating back at least to the myth of Icarus, who is said to have fatally fallen into the sea after flying too close to the sun on wings his father, Daedalus, constructed. As the Industrial Revolution gathered steam, dark anticipations became increasingly widespread, in works such as Mary Shelley's **Frankenstein; or, the Modern Prometheus** and Karel Capek's **R.U.R.** Perhaps technology, not man, was "in the saddle," as Henry Adams worried. And perhaps machines, becoming ever more capable and interconnected, were the next step in the evolution of life, destined to dominate and eventually eliminate humanity, as Samuel Butler warned. The contours of the future, H. G. Wells announced in one of his famous lectures, "The Discovery of the Future," were difficult to discern but would surely be unlike the past or the present, and definitely included disasters of new types and magnitudes.

In the ghastly world wars, technological advances empowered barbarism on a new scale, destroying the credibility of the simple modernist faith that more potent tools are a straight path to human betterment. Rather, technological advance has produced a cornucopia of double-edged swords, with amplified possibilities for both progress and disaster. A growing herd of horsemen of the anthropogenic apocalypse have ominously appeared on the human horizon of possibility: nuclear weapons, genetic engineering, total surveillance despotism, runaway artificial intelligence, and rampant environmental decay.

Daniel Deudney. *Dark Skies: Space Expansionism, Planetary Geopolitics, and the Ends of Humanity*. New York: Oxford University Press, 2020 (adapted).

Questão 29

In text 1A4-I, the author

- Ⓐ uses intertextual connections to describe a view of the uses of technology.
- Ⓑ shows how technology replaced men in the middle of the 20th century.
- Ⓒ is ironic about how dangerous technological advance can be.
- Ⓓ accuses Icarus of being reckless in his flight towards the sun.
- Ⓔ attributes the pessimistic notion of progress to the authors he mentions.

Questão 30

Considering the meaning of the expressions used in text 1A4-I, choose the correct option.

- Ⓐ In the first sentence of the third paragraph, the word "ghastly" could be correctly replaced with **great** without this changing the meaning of the text.
- Ⓑ In the last sentence of the text, the word "ominously" could be correctly replaced with **prominently** without this changing the meaning of the fragment.
- Ⓒ In the first sentence of the second paragraph, "wizardry" means **mythology**.
- Ⓓ In the second sentence of the second paragraph, the fragment "gathered steam" has the same meaning as **lost ground**.
- Ⓔ In the third sentence of the second paragraph, the replacement of the expression 'in the saddle' with **in control** would maintain the meaning of the excerpt.

Questão 31

In the last paragraph of text 1A4-I, the

- A excerpt “rampant environmental decay” (last sentence) refers to the natural decline earth environment is likely to go through.
- B word “Rather” (second sentence) introduces a statement that adds a complement to what came before it.
- C word “cornucopia” (second sentence) describes the shape of the “double-edged swords”.
- D word “runaway” (last sentence) is describing a kind of artificial intelligence that is out of control.
- E fragment “A growing herd of horsemen” (last sentence) is a description of groups of giant men riding horses.

Text 1A4-II

The pursuit of space exploration represents one of the most captivating undertakings of the human race, serving as a testament to our inherent drive to comprehend the cosmos and our position within it. As humanity expands its reach beyond the confines of Earth, the intricate and essential relationship between technology and law grows increasingly intricate and indispensable.

The rapid progress of technology has ushered us into an era when endeavours in outer space, previously confined to the realm of science fiction, are now becoming tangible and feasible. The present circumstances require a comprehensive legal structure encompassing the existing range of space endeavours and the flexibility to accommodate dynamic technological advancements. The Outer Space Treaty of 1967 set the foundational legal principles governing space exploration activities. However, as humanity continues to explore space and private companies participate alongside sovereign nations, the intersection of technology and law serves as both a catalyst for progress and a cause of disagreement.

Bansi Kaneria; Shivam Pandey. *Interplay Between Technology and Law in Space Exploration*. In: *IOSR Journal of Environmental Science Toxicology and Food Technology*, 2024, 18 (03): 31-46 (adapted).

Questão 32

The expression “a comprehensive legal structure” (second sentence of the second paragraph) could be correctly replaced, maintaining the original meaning of text 1A4-II, with

- A an understandable system of laws.
- B a compassionate system of legal principles.
- C a compedium of laws.
- D a thorough legal framework.
- E a manageable legal structure.

Questão 33

Based on the last paragraph of text 1A4-II, it is correct to conclude that the Outer Space Treaty of 1967

- A limited itself to imposing rules on the way private companies explore space travelling.
- B imposed the intersection of technology and law.
- C resulted in disagreements about space exploration in the 20th century.
- D was signed by most sovereign countries in the world.
- E was unable to foresee some aspects of today’s space exploration activities.

Questão 34

In the second paragraph of text 1A4-II, the expression “has ushered”

- A explains why endeavours in space are now “tangible and feasible”.
- B is a verbal tense used to help the reader grasp what “progress” means in the text.
- C has a meaning similar to **has guided**.
- D is written in the singular because of the word “technology”.
- E could be replaced with **was ushering us** without this changing the meaning of the sentence.

Questão 35

Os objetivos de desenvolvimento do milênio foram adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2000, na Declaração do Milênio, quando 191 países assinaram o documento, que passou a guiar os discursos e as ações das principais agências de cooperação para o desenvolvimento, tornando-se uma espécie de unanimidade nas referências de seus documentos. Desenvolvimento sustentável e gênero, entre outros, convertem-se em componentes onipresentes na cooperação, em alguns casos, de inclusão obrigatória para a aprovação de projetos.

E. S. Krachete e D. Vitale, (orgs). *Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 111 (com adaptações).

A partir do texto precedente, e considerando os objetivos de desenvolvimento do milênio, é correto afirmar que o novo discurso do desenvolvimento humano sustentável representa não apenas uma redefinição da agenda de desenvolvimento, mas também

- A uma estratégia homogênea, isenta de diversidades históricas, culturais e econômicas, visando à construção conjunta de conhecimento que envolva o desenvolvimento local aliado à preservação.
- B uma iniciativa desvinculada de relações de poder, focada em assistência técnica e financeira aos países periféricos para a preservação ambiental aliada à manutenção das populações nativas.
- C um esforço unificado dos países desenvolvidos para erradicar a pobreza global, que evita influências políticas e valoriza o desenvolvimento local em detrimento da produção ilimitada e do consumo desgovernado.
- D um esforço de atores do desenvolvimento, comportando a noção de arranjo institucional, no qual o mercado figura como o principal condutor da produção e distribuição de bens; o Estado, como articulador da redefinição das regras do jogo; e um terceiro setor, que, em parceria com o mercado e o Estado, promove o bem-estar social.
- E uma prática de transferência de “saber-fazer” dos países do Norte para os do Sul, com vistas à modernização caracterizada pelo aproveitamento do fornecimento de matérias-primas locais.

Questão 36

A ajuda externa, embora grande e comum, não é isenta de controvérsias, especialmente nos principais países que fornecem ajuda. Os críticos reclamam que a ajuda tem sido ineficaz e deve ser cortada. Os defensores argumentam que ela tem sido eficaz, pode, com reformas, ser mais eficaz no futuro e, portanto, por motivos morais e práticos, deve ser dramaticamente expandida. No entanto, uma parte importante do debate sobre a eficácia da ajuda está frequentemente ausente — a mistura de propósitos para os quais a ajuda é fornecida. A ajuda tem sido fornecida não apenas para promover o crescimento daquele que recebe a ajuda e a redução da pobreza no exterior. Ela tem sido e continua a ser fornecida para uma variedade de propósitos, dos quais o desenvolvimento é apenas um.

Carol Lancaster. *Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics*. The University of Chicago Press, 2007, p. 2 (com adaptações).

A respeito do trecho precedente, é correto afirmar que o desenvolvimento de capacidades na cooperação internacional representa uma evolução em relação à tradicional visão de assistência técnica, pois

- Ⓐ enfatiza a passividade da parte receptora na absorção de conhecimento, dificultando a apropriação local e a manutenção da assistência no médio prazo.
- Ⓑ foca na assistência técnica via especialistas externos, com treinamentos voltados para as prioridades do país doador.
- Ⓒ prioriza a transferência de *expertise* dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, sem considerar as necessidades locais.
- Ⓓ concentra-se na imposição de “melhores práticas” externas, visando a atingir objetivos definidos por atores externos.
- Ⓔ busca fortalecer as capacidades individuais ou organizacionais para atingir um objetivo local próprio, em vez de um objetivo externo.

Questão 37

Em relação a soberania, julgue os itens a seguir.

- I A soberania, no contexto do direito internacional, é o exercício da autoridade de um povo por meio de seus órgãos constitucionais representativos.
- II A violação da soberania de um país pode levar ao início de um conflito, pois esse princípio está relacionado ao conceito de Estado.
- III A resolução pacífica de problemas globais, como alimentação, energia e meio ambiente, dentro do direito internacional, depende da coordenação de diretrizes entre os Estados, por meio de tratados e convenções.
- IV Classicamente, a soberania foi definida como separável, de forma absoluta e perpétua, da ideia de Estado.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 38

Tal como na cooperação recebida, a formalização da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD) se dá a partir de acordo de cooperação técnica com um ou mais países, ou no marco de um acordo básico com um organismo internacional. A partir do marco jurídico geral, são propostos ajustes complementares ou programas executivos que passam a dar contorno para a cooperação prestada. Do ponto de vista operacional da cooperação, a execução administrativo-financeira pode ser feita diretamente pelo governo brasileiro, com recursos próprios; de forma paralela pelo governo brasileiro e por uma entidade parceira, com recursos compartilhados; e, ainda, de forma descentralizada a uma entidade parceira, sendo os recursos compartilhados ou não.

Cooperação internacional em tempos de pandemia: relatório Cobradi 2019-2020.

Considerando-se o trecho precedente e o contexto da cooperação internacional, uma característica distintiva da cooperação transregional é que ela

- Ⓐ é implementada por meio de contribuições financeiras reembolsáveis, como empréstimos ou *soft loans*, para projetos de infraestrutura em países de baixa renda.
- Ⓑ envolve a participação exclusiva de países vizinhos, que compartilham fronteiras geográficas e desafios comuns.
- Ⓒ envolve a atuação de entes subnacionais (como estados ou municípios) em projetos de cooperação direta com outros entes subnacionais no exterior.
- Ⓓ pressupõe a existência de um acordo básico entre um país desenvolvido e um organismo internacional, e atua no âmbito de organizações ou arranjos regionais e(ou) sub-regionais.
- Ⓔ ocorre entre países de diferentes regiões do mundo, buscando promover o intercâmbio de experiências e boas práticas em áreas como desenvolvimento sustentável, comércio e segurança.

Questão 39

A necessidade urgente de soluções globais para problemas transnacionais apresenta uma oportunidade sem precedentes para a ciência desempenhar um papel central nas relações internacionais. O fortalecimento da colaboração científica internacional e a integração da ciência nas políticas diplomáticas não são apenas benéficos, mas essenciais para o progresso humano e a sustentabilidade global.

Internet: <esri.net.br/diplomacia-cientifica/> (com adaptações).

No contexto apresentado no trecho precedente, acordos de pesquisa conjunta e inovação devem considerar a

- Ⓐ restrição da participação de cientistas de países em desenvolvimento, para garantir a qualidade e a segurança dos projetos de pesquisa.
- Ⓑ exclusividade de acesso aos resultados da pesquisa para os países desenvolvidos, em função do volume de investimentos.
- Ⓒ criação de mecanismos para a transferência de tecnologia e a capacitação, especialmente para países em desenvolvimento, visando a reduzir as desigualdades científicas e tecnológicas.
- Ⓓ inclusão de cláusulas que promovam a equidade no compartilhamento de benefícios e conhecimentos entre todos os países participantes, independentemente de seu nível de desenvolvimento.
- Ⓔ priorização de áreas de pesquisa que beneficiem os interesses econômicos dos países mais ricos, sem considerar os impactos globais.

Questão 40

No contexto da cooperação internacional, os acordos bilaterais e memorandos de entendimento na Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD)

- A** são utilizados exclusivamente para a cooperação trilateral, envolvendo o Brasil, um país desenvolvido e um país em desenvolvimento.
- B** são implementados por meio de contribuições financeiras reembolsáveis, como empréstimos ou *soft loans*, para projetos de infraestrutura em países de baixa renda.
- C** são instrumentos informais que não geram obrigações jurídicas e servem apenas como declarações de intenções entre os países.
- D** atuam como acordos vinculantes que estabelecem as metas e os objetivos específicos da CSSD e definem as responsabilidades de cada país e os recursos a serem alocados.
- E** atuam como marcos jurídicos gerais que formalizam a cooperação técnica entre o Brasil e outros países e permitem a proposição de ajustes complementares ou programas executivos.

Questão 41

A respeito de cooperação internacional, julgue os itens seguintes.

- I A cooperação internacional se baseia unicamente na transferência de recursos financeiros dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, visando a suprir as necessidades básicas e a promover o crescimento econômico.
- II A cooperação internacional pode envolver a troca de conhecimentos, experiências e tecnologias entre os países, buscando o fortalecimento das capacidades locais e a promoção do desenvolvimento sustentável.
- III A formalização da cooperação se dá a partir de acordos com um ou mais países, ou no marco de um acordo básico com um organismo internacional.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 42

Assinale a opção em que é apresentada e descrita uma técnica eficaz, utilizada em negociações comerciais em fóruns multilaterais, para alcançar consenso entre múltiplas partes com interesses divergentes, considerando-se a necessidade de flexibilidade estratégica e de adaptação às motivações dos parceiros.

- A** comunicação seletiva e controle de informação: compartilhamento estratégico de informações, mantendo-se posições firmes e evitando-se revelar dados sensíveis que possam comprometer a posição de negociação do país
- B** concessões unilaterais aceleradas: realização rápida de concessões substanciais com ou sem reciprocidade, visando a destravar o processo e a criar um clima positivo, com foco no “compromisso único”
- C** foco exclusivo em resultados quantificáveis: concentração em atingir metas específicas de acesso a mercados e de redução tarifária, independentemente das considerações políticas internas ou das necessidades dos parceiros
- D** negociação baseada em interesses com foco em soluções integrativas: priorização da compreensão dos interesses subjacentes de cada parte, em busca de soluções criativas que maximizem ganhos mútuos e promovam resultados de “soma positiva”
- E** táticas de força e ameaças veladas: utilização de pressão diplomática e ameaças sutis de retaliação comercial para influenciar a tomada de decisão, visando a forçar concessões unilaterais

Questão 43

Assinale a opção que apresenta as melhores ferramentas de diplomacia na cooperação internacional, considerando o estabelecimento de regras e normas.

- A** diplomacia científica e ambiental como pontos focais
- B** missões diplomáticas e protocolos de Estado
- C** tratados, acordos e sanções econômicas
- D** negociações bilaterais, multilaterais e diplomacia pública
- E** tratados, acordos e convenções internacionais

Questão 44

Em negociações comerciais internacionais, tendo em vista a diversidade de interesses e estratégias entre os países, para construir confiança e garantir acordos duradouros é fundamental levar em consideração a

- A** intervenção proativa, com a utilização de instrumentos de pressão econômica e política para influenciar as decisões dos parceiros, com vistas a obter vantagens unilaterais e a impor os próprios interesses.
- B** reciprocidade estrita, com a exigência de concessões equivalentes e imediatas em todas as áreas, buscando-se o equilíbrio perfeito em cada etapa da negociação, independentemente do contexto.
- C** soberania absoluta, com a defesa intransigente dos interesses nacionais, rejeitando-se qualquer forma de compromisso ou cessão de autonomia decisória em nome da cooperação.
- D** discriminação seletiva, com a priorização de acordos com países que compartilham os mesmos valores políticos e ideológicos, excluindo-se aqueles que apresentam divergências significativas.
- E** transparência e a boa-fé, com a divulgação clara das informações relevantes e a condução das negociações com honestidade e integridade, em busca de soluções mutuamente benéficas.

Questão 45

O Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e no Uso do Espaço Exterior tem como principal objetivo

- Ⓐ regular a exploração de corpos celestes, exceto a Lua.
- Ⓑ regular a propriedade sobre os recursos no espaço.
- Ⓒ regular a exploração do espaço exterior, incluindo a Lua e outros corpos celestes.
- Ⓓ definir os direitos dos astronautas em missões espaciais privadas.
- Ⓔ regular a colocação de armas nucleares no espaço.

Questão 46

A Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais estabelece que

- Ⓐ a realização de testes nucleares por meio de objetos espaciais pode ser excepcionalmente autorizada.
- Ⓑ o Estado detentor de objeto espacial envolvido em acidente é responsável pelos danos causados a astronautas de outros países.
- Ⓒ o Estado lançador tem obrigações relacionadas aos objetos espaciais por ele lançados que atingirem o território de outros Estados.
- Ⓓ os Estados têm responsabilidade internacional pela falta de diligência no monitoramento dos seus objetos espaciais para prevenir danos.
- Ⓔ os danos causados por objetos espaciais no âmbito de lançamentos conjuntos por mais de um Estado são de responsabilidade individual do Estado em cujo território foi feito o lançamento.

Questão 47

O Acordo sobre o Resgate de Astronautas

- Ⓐ tem como principal objetivo estabelecer regras para que os países enviem missões militares ao espaço a fim de resgatar astronautas.
- Ⓑ estabelece regras para o resgate de astronautas, bem como dos objetos que tiverem sido enviados com eles.
- Ⓒ atribui ao secretariado geral das Nações Unidas a função articuladora de coordenação do resgate de astronautas.
- Ⓓ garante que os astronautas sejam resgatados caso sofram acidente em território de qualquer país.
- Ⓔ garante que os astronautas sejam resgatados caso decidam anular uma missão.

Questão 48

A Convenção sobre o Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior

- Ⓐ define a responsabilidade por danos causados por objetos lançados no espaço.
- Ⓑ estabelece um controle internacional dos objetos lançados no espaço exterior.
- Ⓒ prevê que os objetos espaciais sejam monitorados por um único país.
- Ⓓ estabelece um sistema de registro dos objetos lançados no espaço para a realização de testes nucleares.
- Ⓔ estabelece, como sua principal finalidade, um sistema de registro unificado dos interesses comerciais das empresas de satélites.

Questão 49

Com base no Acordo que Regula as Atividades dos Estados na Lua e em Outros Corpos Celestes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os Estados podem realizar a mineração de metais raros na Lua, sem restrições.
- Ⓑ Os recursos da Lua devem ser destinados ao benefício especial dos países em desenvolvimento.
- Ⓒ Os Estados podem explorar a Lua de forma privada, sem a necessidade de regulamentação internacional.
- Ⓓ Os recursos da Lua destinam-se ao benefício exclusivo dos países envolvidos em missões espaciais.
- Ⓔ Os Estados devem cooperar entre si e utilizar os recursos da Lua e de outros corpos celestes de forma que isso beneficie toda a humanidade.

Questão 50

No Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e no Uso do Espaço Exterior, existe uma cláusula que

- Ⓐ proíbe a troca de tecnologia militar entre países.
- Ⓑ permite ensaios com armas em órbita, exceto as de destruição em massa.
- Ⓒ estabelece um sistema de defesa para os astronautas.
- Ⓓ possibilita a utilização de pessoal militar para fins de pesquisas científicas ou para qualquer outro fim pacífico.
- Ⓔ permite a criação de bases militares em outros planetas.

Questão 51

O Acordo sobre o Retorno de Objetos Lançados no Espaço Exterior especifica que o Estado em cujo território caia um objeto espacial de outro Estado

- Ⓐ pode autorizar imediatamente que o objeto seja destruído.
- Ⓑ pode negociar a venda do objeto ao país que realizar sua recuperação.
- Ⓒ deve permitir que o país de origem recupere o objeto de acordo com as normas do referido acordo internacional.
- Ⓓ deve entregar o objeto ao país de origem, sem necessidade de seguir qualquer procedimento legal para tanto.
- Ⓔ pode manter o objeto e usá-lo para fins militares, até que o país de origem o reclame.

Questão 52

A Convenção sobre o Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior exige que os Estados registrem os objetos espaciais lançados, com a finalidade principal de

- Ⓐ estabelecer regras sobre as permissões de viagens privadas ao espaço.
- Ⓑ tornar públicos os detalhes comerciais sobre os objetos lançados.
- Ⓒ determinar os direitos de propriedade sobre os objetos espaciais.
- Ⓓ facilitar a rastreabilidade e a responsabilização por danos causados no espaço.
- Ⓔ facilitar a prospecção mineral dos objetos no espaço.

Questão 53

O Programa Espacial Brasileiro (PEB) foi oficialmente instituído para coordenar as atividades espaciais no País. Diversos acontecimentos contribuíram para estruturar e para implementar o programa, sendo um dos eventos que marcou de modo significativo a estruturação do PEB

- Ⓐ a criação de uma estação de rastreamento em Fernando de Noronha, em 1956.
- Ⓑ a internalização no Brasil do Tratado do Espaço, realizada por meio de decreto.
- Ⓒ a formalização do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), que originou a Comissão Nacional de Atividades Espaciais.
- Ⓓ a construção da estação operacional de Cuiabá para receber imagens de satélites.
- Ⓔ o lançamento do primeiro satélite brasileiro, em 1993.

Questão 54

Uma das principais funções do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS), criado em 1959 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), é

- Ⓐ desenvolver normas e princípios visando à exploração não conflituosa do espaço.
- Ⓑ definir padrões técnicos para a construção de veículos espaciais.
- Ⓒ regulamentar a exploração comercial do espaço por empresas privadas.
- Ⓓ supervisionar a construção de bases lunares internacionais.
- Ⓔ emitir licenças para lançamento de satélites no espaço exterior.

Questão 55

Com relação às políticas espaciais, assinale a opção na qual é apresentada a iniciativa que prevê, especificamente, o uso de dados espaciais para resposta a desastres naturais.

- Ⓐ Marco de Sendai para Redução de Desastres
- Ⓑ Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos da América
- Ⓒ Acordo Artemis
- Ⓓ Carta Espacial Internacional Espaço e Grandes Catástrofes
- Ⓔ Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Questão 56

A cooperação entre o Brasil e a Agência Espacial Europeia (ESA) inclui iniciativas voltadas

- Ⓐ ao controle de satélites geostacionários para comunicações militares.
- Ⓑ aos programas de observação do planeta Terra e à pesquisa climática.
- Ⓒ ao desenvolvimento conjunto de veículos lançadores tripulados.
- Ⓓ à criação de uma base lunar em parceria com os Estados europeus e com os Estados Unidos da América.
- Ⓔ à construção de um centro espacial conjunto na Amazônia.

Questão 57

O Brasil ratificou alguns tratados espaciais internacionais e, por meio deles, internalizou princípios fundamentais para a governança do tema via decretos executivos. Desses tratados, o que incentivou o país a estabelecer uma estrutura institucional para coordenar as atividades espaciais foi

- Ⓐ o Tratado de Montego Bay, que prevê a delimitação espacial sob jurisdição internacional.
- Ⓑ o Tratado sobre os princípios que regem as atividades dos Estados na exploração e no uso do espaço exterior, inclusive a Lua e outros corpos celestes.
- Ⓒ a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais.
- Ⓓ o Acordo sobre o resgate de astronautas, o retorno de astronautas e a devolução de objetos lançados no espaço exterior.
- Ⓔ a Convenção sobre o Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior.

Questão 58

O Brasil tem defendido, no âmbito internacional, políticas voltadas para a sustentabilidade no espaço. Nesse sentido, um dos principais temas defendidos pelo país é relativo

- Ⓐ à inclusão de um objetivo de desenvolvimento sustentável específico para a exploração espacial.
- Ⓑ à repartição de benefícios oriundos da exploração de recursos espaciais.
- Ⓒ à regulamentação das patentes decorrentes da exploração dos recursos espaciais.
- Ⓓ ao desenvolvimento de estações espaciais exclusivas para países em desenvolvimento.
- Ⓔ à elaboração de normas específicas sobre detritos espaciais.

Questão 59

Assinale a opção em que é corretamente apresentado o nome do primeiro satélite desenvolvido pelo Brasil que desempenhou um papel fundamental no monitoramento ambiental e na segurança alimentar.

- Ⓐ Sputnik
- Ⓑ Amazônia-1
- Ⓒ Voyager 1
- Ⓓ SGDC-1
- Ⓔ Hubble

Questão 60

O principal objetivo da Convenção sobre o Registro de Objetos Lançados ao Espaço Exterior (1976), da qual o Brasil é signatário, é

- Ⓐ proibir lançamentos comerciais de satélites sem autorização da ONU.
- Ⓑ criar um banco de dados global para o rastreamento de objetos espaciais.
- Ⓒ estabelecer um sistema de pagamento de *royalties* pela exploração do espaço.
- Ⓓ garantir que apenas Estados-membros da ONU possam lançar satélites no espaço.
- Ⓔ regular a repartição de benefícios e de patentes relacionadas à exploração dos corpos celestes.